

**COLÓQUIO CIENTÍFICO**

**DILEMAS E DISPUTAS PELA TEORIA DA NARRATIVA**

Curitiba, 22 de outubro de 2010

<http://www.poshistoria.ufpr.br/>

**PROGRAMAÇÃO**

**9:00 horas**

**CONFERÊNCIA**

Jörn Rüsen

What is the Meta-History? (**Ver texto traduzido a seguir**)

**10:00-12:00 horas**

**CONTEXTOS E HISTORIOGRAFIAS**

Estevão de Rezende Martins (UnB)

O conhecimento histórico e sua rede fatorial

Helenice Rodrigues da Silva (UFPR)

A reação dos historiadores franceses em relação à narratividade

Christiane Marques Szesz (UEPG)

Exemplos de narrativa em Ariano Suassuna

12:00-14:00 horas : intervalo para almoço

**14:00-16:00 horas**

**NARRATIVA E EDUCAÇÃO HISTÓRICA**

Maria Auxiliadora Schmidt (UFPR)

Narrativa e aprendizagem histórica

Isabel Barca (Universidade do Minho – Portugal)

Narrativa, consciencia historica e educaçao historica

**16:00-18:00 horas**

**EXEMPLOS DE NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS**

Luis Sergio Duarte (UFG)

Teoria da fronteira e filosofia da história no ensaio americano

Jose Roberto Braga Portella (UFPR)

A literatura de viagens como meio de apropriação e/ou de produção do real

Renato Lopes Leite (UFPR)

Sobre o conceito de trauma

**LOCAL**

UFPR/Ed. Pedro I

Anfiteatro 100

**INSCRIÇÃO**

[inscricoeslapeduh@gmail.com](mailto:inscricoeslapeduh@gmail.com)

**PROMOÇÃO**

Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica

Grupo de Pesquisa “História Intelectual, História dos Intelectuais e Historiografia”

**APOIO**

Programa de Pós-Graduação em História – UFPR - <http://www.poshistoria.ufpr.br/>

Programa de Pós-Graduação em Educação-UFPR

CNPq/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

## **ATENÇÃO**

- 1] o texto do Rösen, a seguir, foi traduzido pelos profs. Estevão Martins e Pedro Caldas;
- 2] Este texto deve ser impresso, para facilitar o entendimento da palestra do prof. Rösen, que falará em inglês;
- 3] Devido a tradução, depois da palestra haverá tempo somente para duas ou três perguntas.

## **O QUE É METAHISTÓRIA?<sup>1</sup>** **POR UMA TEORIA COMPREENSIVA DOS ESTUDOS** **HISTÓRICOS**

O título de minha palestra já indica a resposta à questão do que seja metahistória: metahistória é a teoria dos estudos históricos. O que significa, contudo, teoria e o que são estudos históricos? Teoria é uma forma de cognição e de conhecimento, caracterizada por proposições generalizantes, constituindo-se pois em uma abstração de fenômenos concretos, individuais e únicos. Nós a encontramos no conhecimento da vida quotidiana e em todas as disciplinas acadêmicas.

É nelas, nas disciplinas acadêmicas, que se encontra a controvérsia sobre se todas as disciplinas efetivamente possuem elementos teóricos e recorrem a teorias. A filosofia da história predominante na segunda metade do século 19, por exemplo (Windelband, Rickert, Dilthey), fazia uma distinção nítida entre os modos individualizantes e os modos generalizantes de pensamento e usou essa distinção para esclarecer a natureza específica das humanidades, principalmente das disciplinas que lidam com a história.

Penso que a diferença entre disciplinas ou ciências teóricas e ateóricas ou não-teóricas (no sentido amplo do termo ciência) conduz a uma confusão total. Por que? Mesmo naquelas disciplinas, como os estudos históricos, cujo trabalho cognitivo não tem por objetivo principal produzir teorias abstratas, encontramos proposições generalizadoras como elementos necessários à descrição e à explicação dos acontecimentos do passado e de sua sequência temporal. Max Weber qualificou esses elementos teóricos como tipos ideais, necessários para conceituar a individualidade dos fenômenos históricos mediante determinada maneira de teorização.

O estatuto teórico da metahistória é, porém, diferente. Ele possui uma natureza reflexiva. É uma teoria sobre as formas e os procedimentos cognitivos do pensamento histórico. Se se admitir que o pensamento histórico utiliza elementos teóricos, metahistória é, pois, uma teoria sobre teoria. É exatamente isso que está indicado pelo prefixo “meta”.

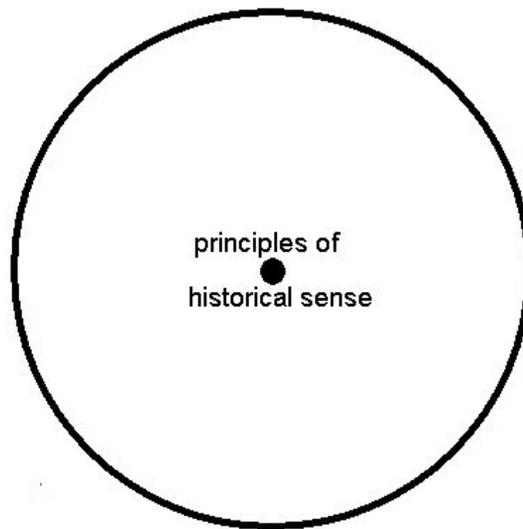
---

<sup>1</sup> Jörn Rüsen. Versão provisória; não citar

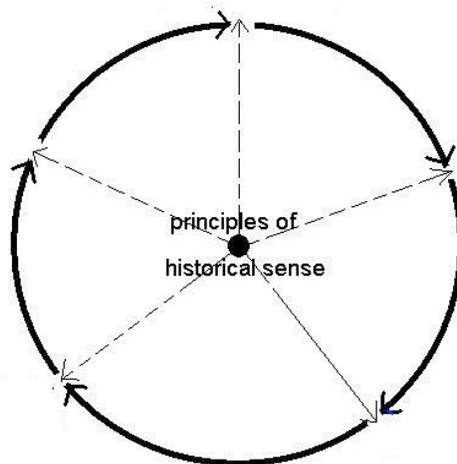
A metahistória reflete, pois, sobre a história – não a história como algo que ocorreu no passado, mas como um modo de lidar com o passado, de atribuir-lhe sentido com o propósito de orientar as pessoas no presente, na dimensão temporal de suas vidas.

Metahistória reflete sobre os procedimentos e as estruturas mentais de atribuir sentido à experiência do passado. Ela delinea um mapa mental ou intelectual da consciência histórica. Essa reflexão e esse delineamento não abrangem todas as dimensões e atividades da consciência histórica, mas concentra-se em sua manifestação específica nos estudos históricos, enquanto forma institucionalizada do pensamento histórico. No mundo de outras falas que não o inglês, essa forma institucionalizada é chamada de ‘ciência’. Assim, a metahistória é o espaço do discurso sobre a questão de saber-se se a história é ou não é ciência. Se for ciência, qual sua natureza distintiva, quando comparada com outras disciplinas acadêmicas, principalmente as ciências naturais?

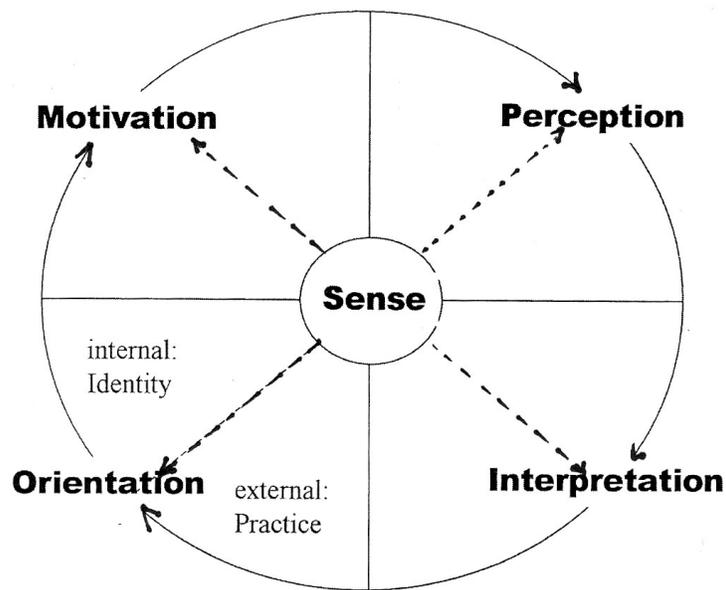
Com essa concentração no caráter ‘científico’ do pensamento histórico, a metahistória encontrou seu lugar no campo dos historiadores profissionais, em particular quanto à explicação das regras do método histórico. Isso conduziu a um estreitamento da tarefa de entender no que consiste o pensamento histórico. Sem uma fundamentação mais ampla e um entendimento fundamental do trabalho mental e intelectual da consciência histórica não se dispõe de uma ideia clara acerca do que sejam efetivamente suas atividades na forma profissional de uma disciplina acadêmica. Esse argumento indica minha maneira de conceituar metahistória. Ela reflete sobre todos esses elementos e princípios mentais que constituem o pensamento histórico. Ou seja: ela se detém somente no ‘pensar’ (mais precisamente: investiga a formação do sentido, na medida em que esta inclui o trabalho da formatação literária, que com efeito remete menos aos elementos cognitivos do que aos elementos estéticos). Ela cuida do contexto na vida social das pessoas e de todas as condições sociais, políticas e econômicas, sob as quais a história é produzida na vida humana. Ela cuida dessa produção, contudo, somente enquanto importante para o pensar, para a cognição e para a constituição de sentido. A metahistória inicia seu trabalho reflexivo com uma questão fundamental e genérica: “o que faz sentido no pensamento histórico”



A fim de encontrar uma resposta a essa questão enquanto categoria basilar do sentido histórico, importa distinguir determinados elementos da constituição de sentido em geral e aplicá-los ao campo específico da consciência histórica.



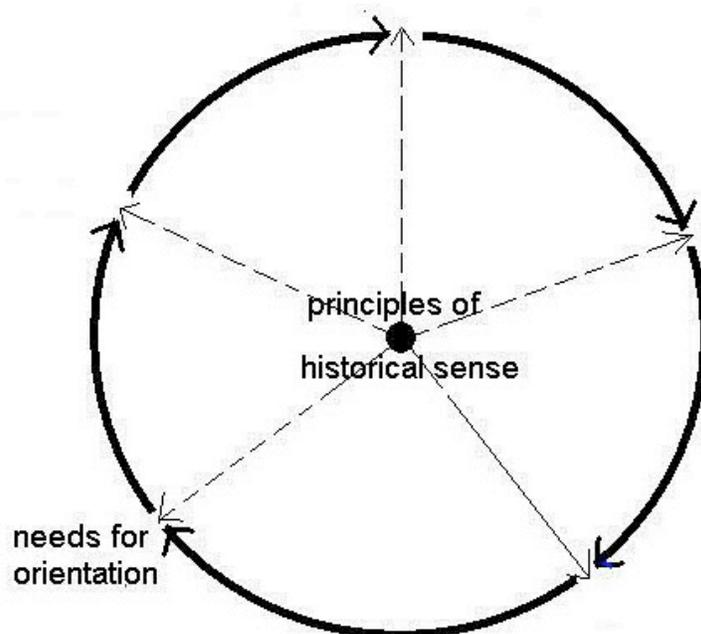
Fazer sentido é um procedimento dinâmico da inteligência humana, que pode ser descrito, de forma abstrata, como um processo que conduz da *percepção e experiência* à *interpretação*, a qual produz conhecimento, e da interpretação à *orientação*, a qual utiliza o conhecimento para entender os problemas da vida humana, e, finalmente, da orientação à *motivação*, a qual dá à vontade humana uma direção, um propósito e um objetivo.



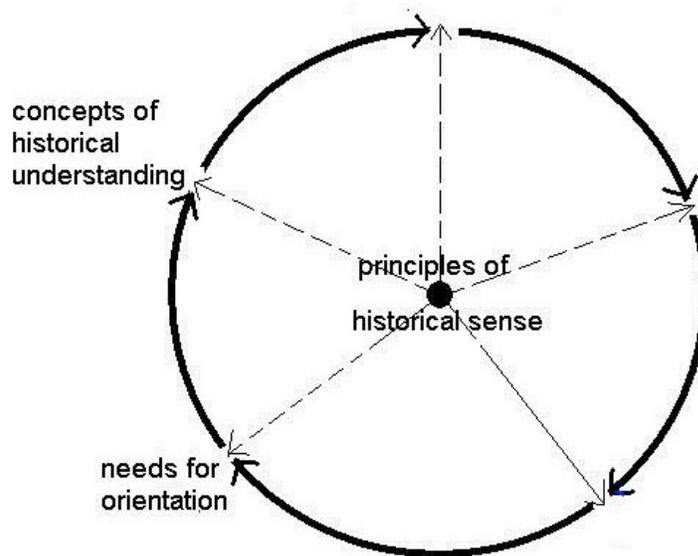
Essa relação complexa dos princípios da constituição humana de sentido pode ser apreendida e expressa por um gráfico semelhante das atividades e dos princípios básicos da consciência histórica. Esse esquema remete àquela forma específica do pensamento histórico que é típica de seu caráter acadêmico moderno. Ele deveria exprimir a ideia do pensamento histórico como um processo de cognição, que começa com uma pergunta e que conclui com uma resposta. Pergunta e resposta podem ser relacionadas com o contexto social e cultura, no bojo do qual o processo de cognição acontece e no qual tem impacto. Ao mesmo tempo, poder-se-ia assinalar a passagem desse contexto para os procedimentos específicos da pesquisa histórica e da escrita da história.

O início da metahistória deveria ser, por conseguinte, uma reflexão sobre o começo das atividades da mente humana com respeito aos desafios postos por operações mentais específicas: quero dizer – operações que só podem encontrar respostas se se referirem à percepção e à experiência do passado humano de forma cognitiva.

Esses desafios podem ser identificados como *carências de orientação* na dimensão temporal da vida humana. Em toda forma de vida humana essas carências são produzidas pela experiência das mudanças temporais, às quais as pessoas afetadas têm de adaptar suas vidas. Na visão específica dos estudos históricos, eles aparecem sob a forma de interesses, que requerem cognição (interesses cognitivos). História como ‘ciência’ é o resultado da transformação fundamental das carências de orientação em interesses cognitivos.



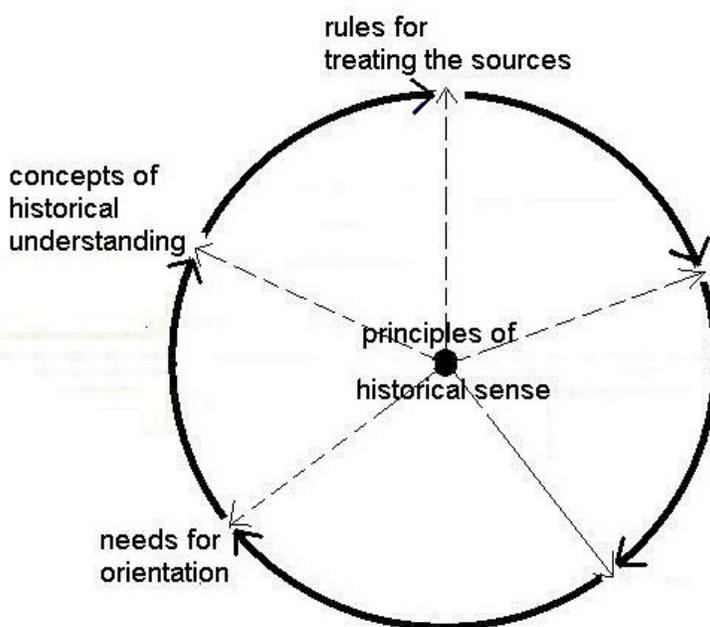
Essas carências e esses interesses conferem à mente humana a orientação para o passado, que coloca o passado em *perspectiva*, na qual o passado ganha sentido e se torna matéria de entendimento. Por si mesmo, o passado ainda não é história. Ele se reveste desse caráter dentro da perspectiva que o relaciona com as perspectivas presente e futura da vida humana. É este o lugar em que devem ser discutidas as questões fundamentais sobre o que seja história, em geral. A filosofia da história aparece então como parte integral do trabalho dos historiadores profissionais. Isso não significa que eles devam tornar-se filósofos propriamente ditos, mas sim que seu trabalho não pode ser compreendido sem o impacto dos pressupostos filosóficos referentes ao sentido do passado como história. As periodizações gerais que incluem todo o campo da experiência histórica estão aqui também em jogo.



No entanto, não são apenas as questões filosóficas ou as periodizações compreensivas que entram no campo da metahistória. No trabalho específico dos historiadores profissionais os *conceitos de interpretação* desempenham um papel enorme. Eles provêm das questões cruciais que querem responder. Um exemplo bem conhecido é a teoria da modernização ou – para o dizer de uma forma mais atual – teoria das modernizações na história moderna. Esses conceitos possuem forma lógica própria, qual seja: a forma lógica de hipóteses mais ou menos articuladas. ‘Ciência’ reveste os conceitos de interpretação com uma forma teórica, na qual funcionam para abrir o campo da experiência histórica de acordo com as perguntas que guiam a pesquisa. São estas que definem o que constitui fonte histórica. Muitos professores de história nas escolas e nas universidades contam a seus estudantes que o pensamento histórico propriamente dito começa com as fontes. O que é, porém, uma fonte? Em geral: todos os resquícios do passado, tudo o que possa dar informação sobre o quê, quando, onde e porquê ocorreu no passado. O pensamento histórico, todavia, tem de selecionar as fontes relevantes para a informação buscada. Para essa seleção é necessário um filtro, um critério que permita decidir o que é relevante e importante e o que não o é. Esse filtro, esse critério possuem um estatuto teórico com relação à informação fornecida pelas fontes.

Conceitos de interpretação e perspectivas mais ou menos explicitadas teoricamente são úteis somente enquanto revelam o material de fontes relevantes, que pode ser utilizado para colher informação sobre o passado, para responder à pergunta sobre o início do processo cognitivo. As perspectivas históricas só fazem sentido se forem – por assim dizer – preenchidas com evidência. O

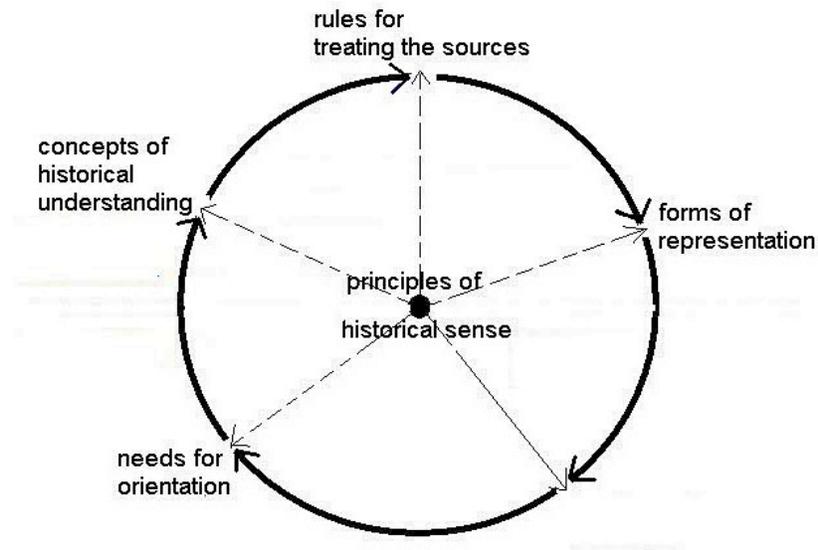
pensamento histórico sem evidência do que ocorreu no passado não faz sentido. O sentido e o entendimento históricos exigem *evidência* como condição necessária de possibilidade de qualquer forma de conhecimento histórico. Dessarte, lidar com a evidência e com seu conteúdo informativo sobre o passado é um princípio e um procedimento necessário do pensamento histórico. Ele possui lógica própria. Trata-se da lógica do *fazer proposições plausíveis por sua referência aos assim chamados fatos*. Esses fatos não estão simplesmente dados, não estão por aí espalhados a céu aberto, mas têm de ser reconstituídos pelo manejo de todos os materiais em que o passado ainda esteja presente.



Este é o ponto, no mapa mental do pensamento histórico, em que a essência de seu caráter ‘científico’ está localizado: *as regras metódicas da pesquisa histórica*. Desde seu início como disciplina acadêmica até hoje, os estudos históricos eram caracterizados como uma tal disciplina e diferenciados como profissionais. Essa disciplina difere de todas as demais formas de fazer histórica por sua aptidão a obter, mediante pesquisa, sólido conhecimento histórico. Pesquisa é a forma de lidar com a evidência do passado. Ela produz conhecimento novo acerca do que ocorreu, e quando, onde e porque ocorreu assim. Pesquisa confere a esse conhecimento certa fiabilidade, notadamente por estar fundado em evidência.

Esse conhecimento tem sempre uma *forma* específica – ou seja: histórica. Ela só pode ser adequadamente analisada quando posta nessa forma específica, chamada *historiografia*. Essa forma possui também uma lógica específica, fundamentalmente

diferente da lógica da conceituação teórica e da pesquisa empírica. Trata-se da lógica narrativa de contar uma história.

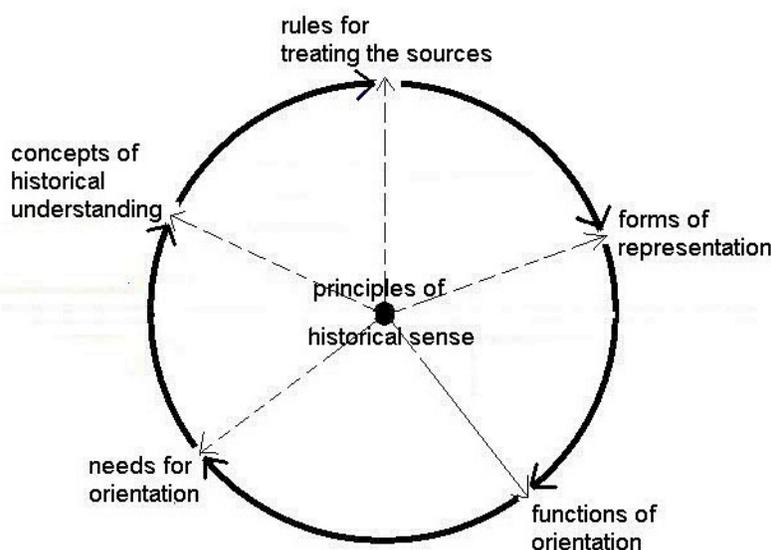


A diferença e a relação entre a obtenção do conhecimento pela pesquisa e sua apresentação em forma historiográfica são temas altamente controversos da metahistória. Ninguém pode negar que existem dois princípios – método e representação – mas que obedecem a duas lógicas claramente diversas; não se tem clareza, pois, como sintetizá-los na base lógica do pensamento histórico. Muitos teóricos pensam hoje que interpretação não passa de re-presentation. Negam, pois, radicalmente, o caráter ‘científico’ dos estudos históricos e situam o pensamento histórico apenas na literatura. Por outro lado, os historiadores profissionais insistem em procedimentos racionais de obtenção de conhecimento sólido a partir das fontes e negam qualquer supremacia lógica da narrativa sobre os demais procedimentos.

É tarefa da metahistória, hoje, reconhecer essas contradições e mostrar que a estrutura narrativa do conhecimento histórico não se opõe à racionalidade da pesquisa metódica. Tampouco exclui elementos da argumentação racional da apresentação histórica.

A reconstrução dos princípios centrais da constituição do sentido histórico ficaria incompleta se a *função* do conhecimento histórico apresentado historiograficamente ficasse de fora. Trata-se da função que decide se as carências de orientação, provocadoras do pensamento – mais especificamente: se os interesses do conhecimento histórico foram atendidos ou não. Pois os resultados do processo de constituição de sentido a partir da experiência do passado podem

chegar ao fim (e recomeçar imediatamente com novas perguntas). Como todos os demais princípios, também este da função do conhecimento histórico na vida prática possui sua lógica específica. Trata-se da lógica de servir à vida prática como orientação cultural. Isso torna efetivo o conhecimento histórico. Com respeito ao estatuto racional dos estudos históricos, essa lógica confere ao conhecimento histórico os elementos de uma 'verdade prática'. Esse critério de verdade pode ser claramente distinguido (com respeito à sua lógica) tanto da verdade teórica e empírica da pesquisa quanto dos critérios de uma representação convincente.

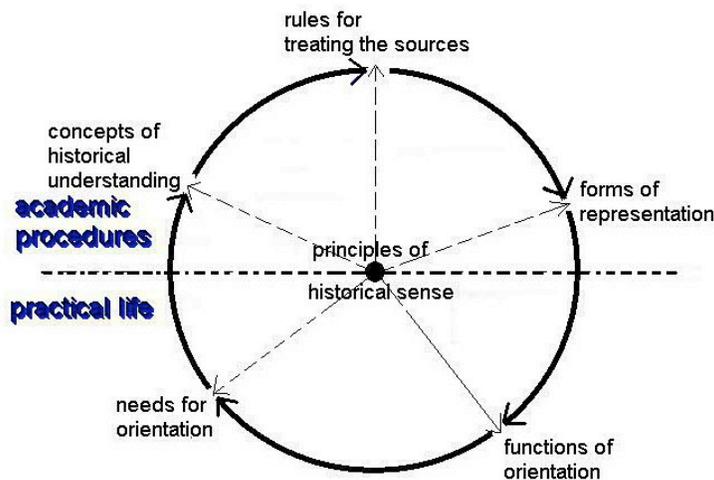


Nesse ponto a questão da identidade desempenha um papel importante. Sem a referência histórica ao passado, a pergunta sobre quem somos nós, sobre a quem pertencemos, sobre quem são os outros, sobre aqueles com quem temos de viver junto, não pode ser respondida. Todos os elementos do conhecimento histórico contribuem a formular essa resposta. Isso nem sempre ocorre de forma direta, mas apenas de maneira mediada, e mais ou menos desconectado da política identitária.

Observando a função do pensamento histórico em seu contexto histórico e perfazendo a estreita conexão entre funções e necessidades, conscientizamo-nos de que a dimensão cognitiva do pensamento histórico é fundamentalmente relacionada às suas dimensões não-cognitivas, - principalmente (mas não exclusivamente) às suas dimensões políticas (uma dimensão estética já é aparente no princípio da formatação historiográfica). As forças motivacionais da mente humana não podem ser desprezadas quando se focaliza as raízes do pensamento histórico e seu papel na vida prática. Isto faz da política algo constitutivo para a cognição histórica (mas somente como um dos fatores, junto a outros...)

Agora: o que é o papel específico da argumentação acadêmica ou ‘científica’ neste campo da vida prática? Não está de todo separado dela, mas está enraizada nela e demandada por ela. Sua necessidade se baseia em uma necessidade fundamental pelo embasamento do conhecimento histórico na vida humana. Estudos históricos, com sua ênfase na evidência e sua interpretação explanatória, desempenham um papel importante ao dar razões e ao criticar a exigência de plausibilidade em representações históricas.

A vantagem deste conceito de metahistória está em enfatizar a relação mútua entre o trabalho cognitivo de historiadores profissionais e o papel desempenhado pela história na vida prática. Não podemos compreender a especificidade lógica da cognição histórica sem conhecer como ela finca raízes na vida cultural e se refere a ela. A distinção comumente feita entre servir aos propósitos da vida (*Lebensdienlichkeit*) e exigências de racionalidade e mesmo de objetividade é completamente equivocada. Aproximamo-nos muito mais da realidade de fazer história quando consideramos sua dependência mútua, e, ao mesmo tempo, áreas do pensamento histórico em que propósitos práticos não são primordialmente perseguidos. Aqui, o compromisso com a evidência empírica e teórica deve desempenhar o papel de liderança.

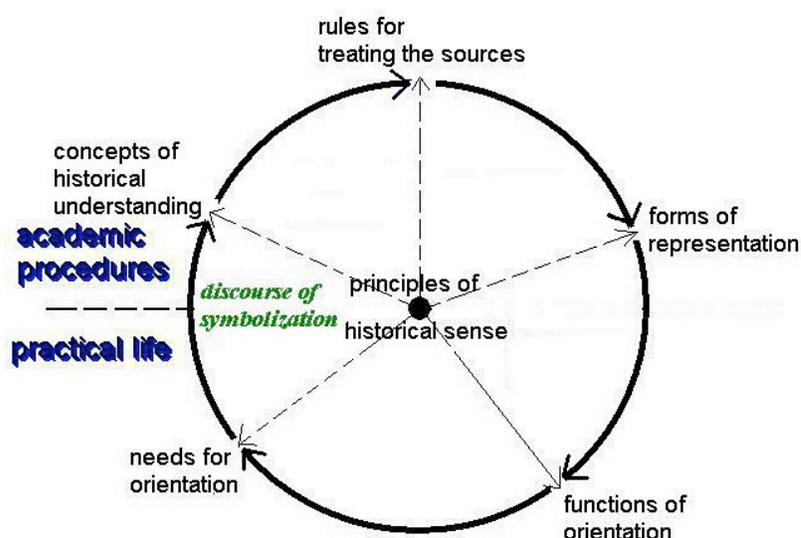


Até agora minha argumentação enfatizou diferentes lógicas como fatores necessários do pensamento histórico. Cada um dos cinco princípios enumerados tem uma lógica diferente: cada um é necessário, e os cinco, em sua totalidade, bastam para reconstruir e explicar o que constitui o pensamento histórico como atividade mental com referência especial ao pensamento histórico. Logo, penso que meu conceito de metahistória é, de fato, compreensivo. Ele exige uma ordem sistêmica capaz de abranger o problema do pensamento histórico em todas as suas dimensões relevantes.

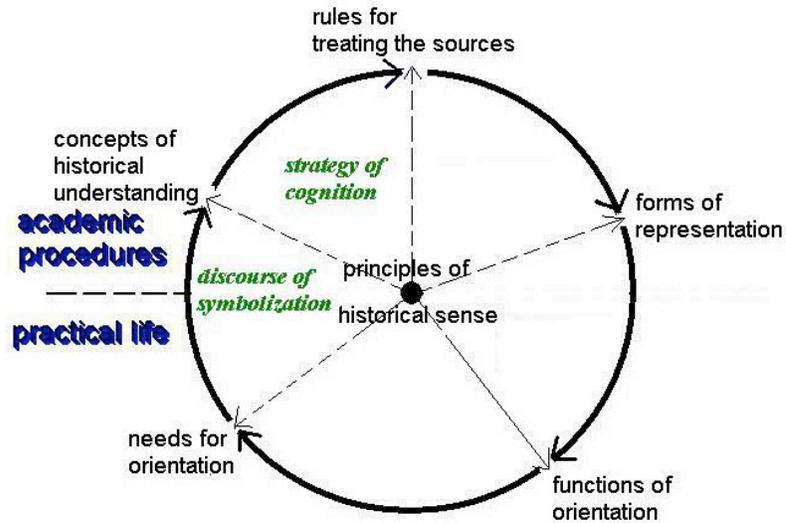
A seqüência destas lógicas pode dar uma falsa impressão, posto que, desde o início, elas estão intrinsecamente relacionadas, mas, sem lhes dar a devida ordem seqüencial, a dinâmica interna (e mesmo lógica) no pensamento histórico não se tornaria visível.

Mas como estas lógicas se relacionam entre si? Esta questão não pode ser respondida sem uma reconstrução sistemática da forma discursiva do pensamento histórico e de sua lógica específica de comunicação. De uma maneira bem esquemática, estas formas de comunicação podem ser descritas como dominantes de uma seção em um espaço onde os diferentes princípios da geração de sentido histórico são mediados:

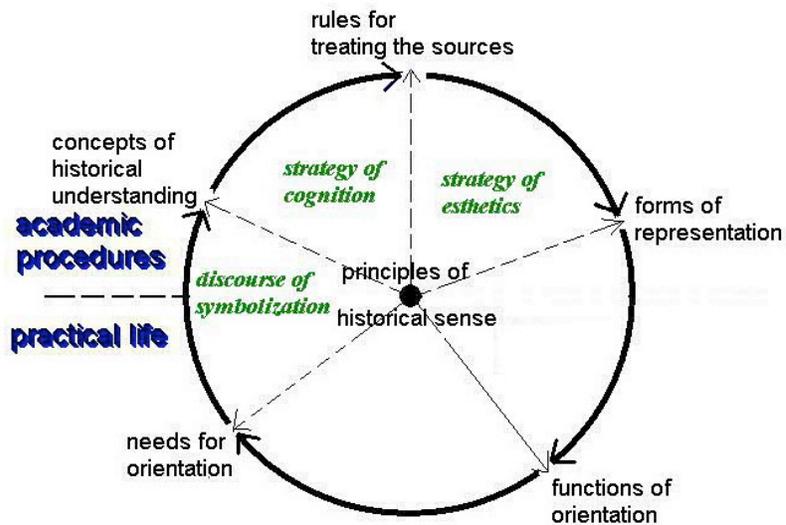
1. Carências de orientação e conceito de compreensão histórica estão intrinsecamente relacionados em um *discurso de simbolização*, onde 'história' é definida como unidade cultural na orientação da vida humana.



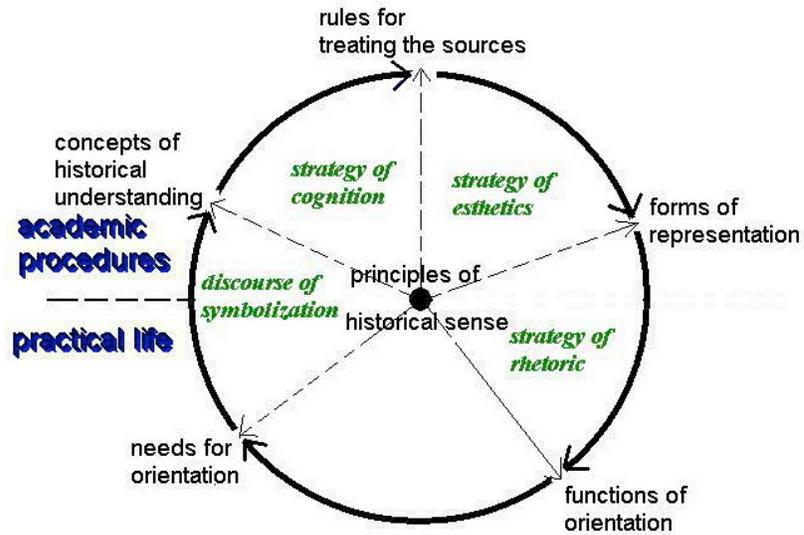
2. Conceitos de compreensão histórica e regras para o tratamento de fontes estão sistematicamente mediados por uma *estratégia de cognição*. Aqui, abordar as evidências sob uma perspectiva histórica é o tema predominante.



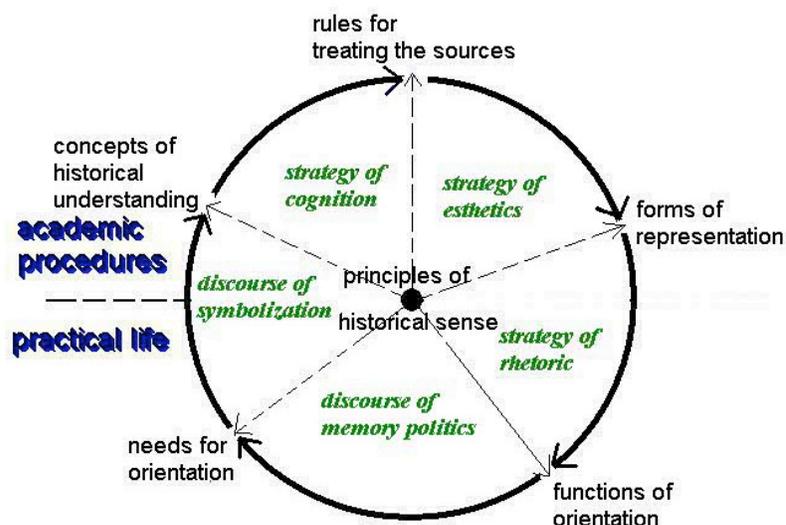
3. Regras para o tratamento das fontes sob uma perspectiva histórica e formas de representação são mediadas por uma *estratégia de estética*. É esta estratégia que transforma o conhecimento empírico sobre o passado humano em uma representação historiográfica do passado.



4. Formas de representação e funções de orientação são mediadas por uma *estratégia de retórica*. Com esta estratégia, o passado historiograficamente representado pode desempenhar um papel na cultura histórica do presente.



5. Funções de orientação e carências de orientação são mediadas pelo discurso da memória política e de formação de identidade na vida prática. Aqui está em jogo o papel do conhecimento histórico na vida prática.

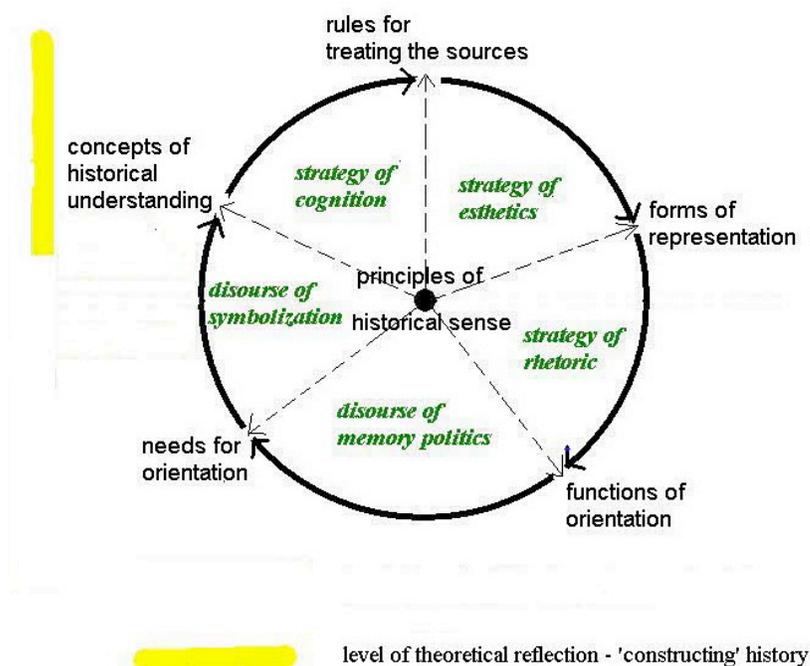


Nestas cinco visões torna-se visível a dinâmica discursiva e comunicativa do pensamento histórico. Mas a compreensão apropriada desta dinâmica seria impossível se o papel da subjetividade humana em dar sentido à história não houvesse passado por alguma diferenciação no que diz respeito às suas dimensões. Atualmente, todos estão convencidos de que é a mente humana que dá sentido à história. A produção de sentido é principalmente, se não exclusivamente, vista como um tema cultural do presente que se refere ao passado. Assim, a história é totalmente determinada pela criatividade mental das pessoas dotadas de mentalidade histórica. Esta determinação pode ser chamada de *construtivismo*. Sua essência reside no seguinte: a história nada mais é do que uma construção do passado trazida à tona no presente. O passado não tem voz própria no processo gerador de sentido do pensamento histórico. Não é nada além de uma caixa de som para as melodias que as pessoas, no presente, desejam ouvir com o objetivo de se situarem no curso do tempo.

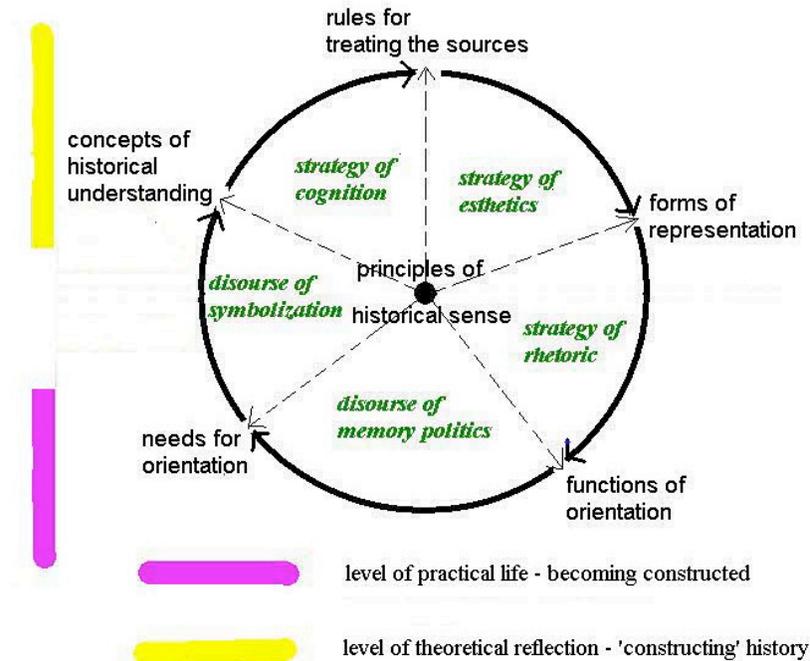
Isto é verdade? O passado é realmente desprovido de voz? Usando o esquema da produção de sentido histórico podemos facilmente mostrar que os temas em tela são muito mais complicados. Podemos distinguir ao menos três dimensões diferentes de para levar adiante o processo de produção de sentido histórico.

1. O primeiro é o nível onde o predomínio da subjetividade humana é evidente. É o nível da *(re-)construção*. Todo o processo de conceber perspectivas históricas, de trabalhar com as fontes e de formatar

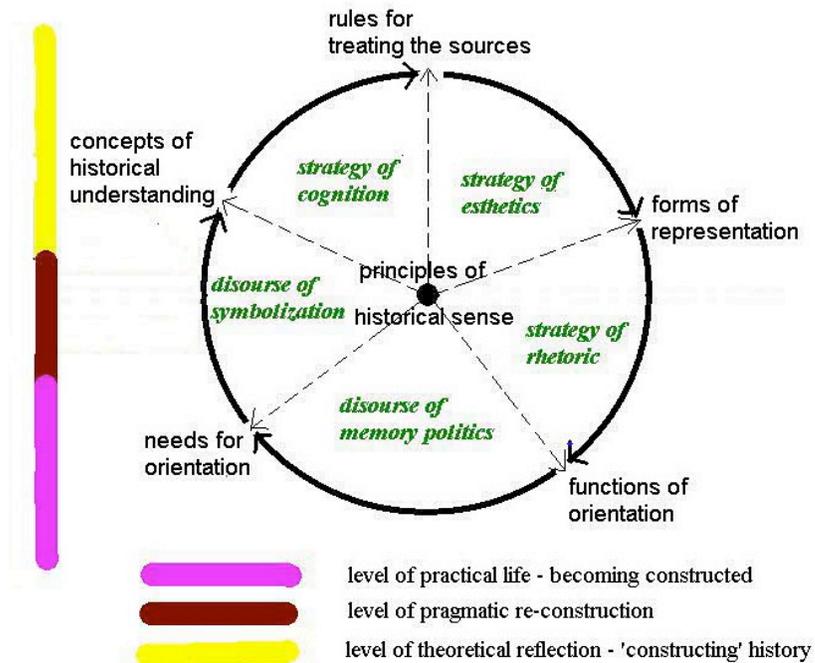
historiograficamente o conhecimento histórico é governado pelas capacidades intelectuais dos historiadores.



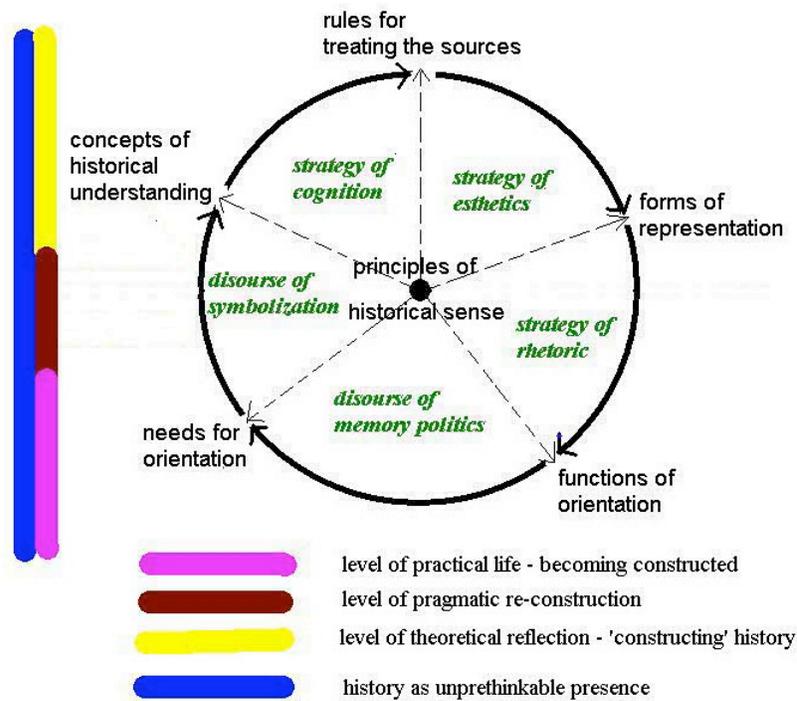
2. Mas e a influência do contexto, no seio do qual estas capacidades são usadas? E os critérios importantes e modos de discurso e mesmo a totalidade da cultura de seu modo de fazer história? Eles também não estariam previamente dados na vida cultural, da qual os próprios historiadores fazem parte? E o passado já não está presente nestas circunstâncias e condições do pensamento histórico do presente? Com o objetivo de evidenciar isto, é útil distinguir um nível de produção de sentido histórico onde predomina a efetividade de suas condições. Eu gostaria de chamá-lo o *nível da vida prática ou da produção de sentido histórico em funcionamento*. Aqui, os historiadores, construtores do sentido histórico, são eles próprios construídos; eles são “filhos de seu tempo”.



3. Ambos os níveis se relacionam, e é útil distinguir um nível próprio, artificialmente separado dos dois primeiros, onde esta relação ocorre. É o *nível do pragmatismo*, no qual os construtores interferem nos processos em que se dá a construção dos construtores. Os historiadores são ativistas da cultura histórica no plano da reflexão teórica; todavia, no nível da reconstrução pragmática eles ainda são atores, mas não mais os mestres do que ocorre na vida pública e na vida privada. Eles são atores que re-escrevem seus próprios papéis previamente dados no palco da história, sem serem capazes de reescrever todo o roteiro. E eles não têm chance ou possibilidade de mudá-lo ou de abandoná-lo.



Isto me leva ao último ponto de meu conceito de metahistória. Quando olhamos para as três diferentes dimensões nas quais ocorre a produção de sentido histórico, sabemos que a distinção entre elas é artificial, pois são três ângulos de um processo integrado. Como podemos caracterizar seu interrelacionamento sistêmico e sua unidade interna? Trata-se da unidade do processo criativo da produção de sentido histórico, que se dá quando os historiadores fazem o seu trabalho no contexto da cultura histórica de seu tempo. O sentido se dá antes e depois de haver sido percebido, refletido e elaborado pelos historiadores. Eles o executam em seu trabalho prático, e, ao fazê-lo, torna-se um problema de sua criatividade, mas, mesmo assim, eles permanecem sendo nada além de *performers* (executores) de sentido.



Fazer e ser feito coincidem na presença absoluta de sentido na performance e na prática efetivas do pensamento histórico. Fazer história, na mente humana, é parte da história enquanto efetivação temporal da vida humana. Esta história é diferente da história que os historiadores planejam, pesquisam e re-presentam. É, por assim dizer, história na presença e como presença. Somente depois pode ela ser refletida em sua complexa dimensão temporal. Não pode ser pensada como tal, pois o pensá-la já a alça ao estatuto de objeto de pensamento. Assim já não está mais no estatuto de sua performance e sua ação efetiva, de seu fazer e de seu ser feito. Trata-se de algo *im-pré-pensável*. Neste fascinante estatuto ontológico de *impré-pensabilidade* se encontra uma base real para qualquer produção de sentido histórico mediante o pensamento histórico.

Este é um argumento epistemológico que ultrapassa não só o processo cognitivo, mas mesmo a filosofia tradicional da história (em suas duas formas: quando lida com o que ocorreu no passado e com o que foi dito e compreendido depois). Ainda assim, temos aqui uma consequência lógica da análise do trabalho intelectual dos historiadores de quando eles conseguem se haver com o passado, com o fito de servir à orientação cultural no presente para garantir o futuro. Claro, estou plenamente consciente de que, ao falar desta *impré-pensabilidade*, estou, ao mesmo tempo, aproximando-me do fim do pensamento sobre o pensamento histórico, da metahistória. Mesmo assim, busquei fazer o melhor que pude para lidar com a incumbência que me foi dada

